

ALBIOMA ESPANLADA ENERGIA S.A.

CNPJ: 29.915.125/0001-23

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e acionistas da
Albioma Espanlada Energia S/A
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **Albioma Espanlada Energia S/A**. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na- quella data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o des- empenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas res- ponsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, inde- pendente de se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua con- tinuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alter- nativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do pro- cesso de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são con- sideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exer- cemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o alto de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou represen- tações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e res- pectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso re- latório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as di- vulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de ma- neira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências sig- nificativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 março abril de 2025

Forvis Mazars Independentes S/S Ltda
CRC 25P203701/O-8

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC SP 262373/O-6

Balanço Patrimonial do exercício em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.467	5.665
Contas a receber	5	16.835	21.824
Partes relacionadas	12	2.021	1.031
Estoque	6	1.980	1.639
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos	8	626	2.114
Tributos a recuperar		61	54
		23.990	32.327
Não circulante			
Caixa Restrito	7	1.456	1.319
Outros ativos	8	-	2.250
Deposito judicial	9	1.640	1.149
Imobilizado	10	57.928	59.238
Intangível	10	32	43
Direito de uso	10	4.727	6.268
		65.783	70.267
Total do ativo		89.773	102.594
Passivo			
	Notas	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	8.341	8.860
Fornecedores	11	1.066	1.276
Partes relacionadas	12	227	744
Obrigações trabalhistas	14	1.084	742
Dividendos a pagar	15b	6.480	9.719
Imposto de renda e contribuição social	15	917	968
Impostos e contribuições a recolher	15	535	765
Adiantamentos de clientes	16	28	20
Passivos de arrendamento	17	2.139	1.782
		20.817	24.876
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	9.252	17.423
Provisão de contingência	18	1.422	-
Adiantamentos de clientes	16	4.873	4.583
Passivos de arrendamento	17	3.225	4.909
		18.772	26.915
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	20.247	20.247
Reserva legal		4.049	4.049
Reserva de lucros		25.888	26.507
		50.184	50.803
Total do passivo e do patrimônio líquido		89.773	102.594

Demonstração do Resultado Abrangente			
Em milhares de reais (R\$)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	12.961	20.227	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários			
	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	12.961	20.227	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023					
(Em milhares de Reais)					
	Capital Subscrito	Reserva legal	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.247	3.258	16.789	-	40.295
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.227	20.227
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	(9.719)	(9.719)
Reserva Legal	-	790	-	(790)	-
Transferência entre reservas	-	-	9.718	(9.718)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.247	4.049	26.507	-	50.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.961	12.961
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(6.480)	(6.480)
Dividendos (Nota 18)	-	-	(7.100)	-	(7.100)
Transferência entre reservas	-	-	6.481	(6.481)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.247	4.049	25.888	-	50.184

Notas explicativas às demonstrações financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional
A Albioma Espanlada Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassa de cana de açúcar. A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advanced Tower, Jardim Paulista, cidade na Cidade e no Estado do São Paulo.

A Companhia exportou na rede operante na rede 121,3 GWh em 2024 (124,9 GWh em 2023). O volume de energia vendido em 2024 foi de 166,7 GWh (180,8 GWh em 2023). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Espanlada comprou energia no mercado por um volume de 45,4 GWh (51,3 GWh em 2023).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas contábeis

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram:

Alteração ao IFRS 16 (R2) – Passivo de Locação em um Sale and Leaseback;

Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como "Circulante" ou "Não Circulante";

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas, exceto a alteração às IAS 7 e IFRS 7, fruto da adoção dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (entende-se também por "forfaling" no decorrer do relatório, em sua nota 16.a. Fornecedores – Risco Sacado e Forfaling).

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor a partir de exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos, temos:

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabeleceu requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 5 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: estabeleceu os requisitos de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada;

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem demonstrações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada;

IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de demonstrações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros;

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções do IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18 e IFRS 19. As principais expectativas em relação à adoção das normas mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos riscos pertencentes ao IFRS S1 e S2 relacionamentos à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado do exercício e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19.

Reforma tributária brasileira: A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em enviar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Reforma tributária internacional: Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarece como a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas, tendo em vista que a receita consolidada está acima do limite mínimo de 750.000 de euros.

A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Seção B - Riscos

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Risco de crédito	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.467	5.665
Caixa restrito (Nota 7)	1.456	1.319
Contas a receber (Nota 5)	16.835	21.824
Partes relacionadas (Nota 12)	16.835	21.103
Ativo circulante	22.773	29.939

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023			
Em milhares de reais (R\$)			
	Notas	2024	2023
Receita líquida	20	58.785	58.905
(-) Custo dos serviços prestados	21	(40.452)	(30.979)
(-) Lucro bruto	18.333	27.262	
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Despesas comerciais	22	(156)	(141)
Despesas gerais e administrativas	23	(3.239)	(3.018)
Outras receitas/despesas	24	2.577	834
Lucro operacional antes do resultado financeiro	17.515	25.601	
Despesas financeiras	25	(2.900)	(3.820)
Receitas financeiras	25	749	536
(=) Resultado financeiro líquido	(2.151)	(3.284)	
(-) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.364	22.317	
(-) Provisão para imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	26	(2.403)	(2.090)
(=) Lucro líquido do exercício	12.961	20.227	
Quantidade de ações do Capital Social	20.247	20.247	
Lucro por ação – em reais		0,64	1,00
Lucro líquido do exercício	12.961	20.227	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023			
(Em Milhares de Reais)			
	Notas	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.364	22.317	
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	10	8.445	7.753
Baixa imobilizado	10	-	116
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	2.324	3.351
Provisão de contingência	18	1.422	-
Encargos sobre arrendamentos	16	459	430
28.015	33.967		
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	4.989	(8.636)	
Tributos a recuperar	(7)	(52)	
Estoque	(341)	472	
Deposito judicial	(491)	(322)	
Adiantamento e despesas antecipadas	1.488	(435)	
Outros ativos	2.112	941	
Partes relacionadas	(1.507)	(412)	
Fornecedores	(210)	(1.092)	
Obrigações trabalhistas	342	15	
Adiantamentos de clientes	298	(145)	
Impostos e contribuições a recolher	(51)	210	
Impostos sobre o lucro	(619)	(182)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13	34.018	24.329
Juros pagos no período		(2.105)	(3.493)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.015)	(1.705)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	29.898	19.131	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(5.283)	(2.089)
Aquisição de intangível	10	(15)	(16)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.298)	(2.105)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos	(16.819)	(5.538)	
Pagamento arrendamento	17	(2.069)	(1.515)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(8.910)	(8.910)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(27.798)	(15.963)	
Aumento/(redução) líquido de caixa	(3.198)	1.061	
Caixa no início do período		5.665	4.604
Caixa no final do período		2.467	5.665
Aumento/(redução) líquido de caixa	(3.198)	1.061	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentem maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Empresa registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário através de contratos fornecimento até o ano de 2035, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA (R\$ 357 por MWh em 2024, R\$ 342 por MWh em 2023) e contratos fornecimento até o ano de 2040 de 75.336 GWh de energia elétrica por ano, ao preço de R\$ 356/MWh (340/MWh em 2023) corrigido pela variação do IPCA.

Perda por redução valor recuperável

A Empresa não vê necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício.

A composição por vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2024	2023
A vencer	16.835	21.824
	16.835	21.824

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de

17. Direito de uso e passivos de arrendamento

A empresa, em agosto de 2022, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação das pás carregadeiras, efetuado junto a Armac, com previsão de 60 meses, utilizando da taxa de desconto de 8,61%.

Em julho de 2023, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação dos veículos, efetuado junto a Movida, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 7,19%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.

Em outubro de 2023, efetuou estudo para aplicação da norma do CPC 06 (R2) - IFRS 16 no contrato de locação dos computadores, efetuado junto a Lenovo, com previsão de 48 meses, utilizando da taxa de desconto de 6,64%, correspondente a taxa TLP + 1,5%.

	2024	2023
Direito de uso		
Maquinas	8.119	7.854
Veículos	142	130
Computadores	74	67
(-) Depreciação	(3.608)	(1.783)
Total	4.727	6.268
Passivo de arrendamento	2023	2023
Arrendamento a pagar	5.899	7.652
(-) Encargos a apropriar	(535)	(961)
Total	5.364	6.691
Circulante	2.139	1.782
Não circulante	3.225	4.909

Mapa de movimentação de arrendamento

Direito de uso:

Em 31 de dezembro de 2022

Custo

Depreciação

Aquisição

Depreciação do exercício

Em 31 de dezembro de 2023

Custo

Depreciação

Aquisição

Depreciação do exercício

Em 31 de dezembro de 2024

Custo

Depreciação

Passivo de arrendamento:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Contratos de arrendamento

Pagamento de arrendamento

Encargos sobre arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Contratos de arrendamento

Pagamento de arrendamento

Encargos sobre arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Circulante

Não circulante

18. Provisões

A Empresa tem uma ação de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. A Empresa é parte envolvida em processo tributário, em andamento e está discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial, com perda possível.

A natureza da provável perda pode ser sumariada a seguir:

- Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Reativa Excedente da base de cálculo do ICMS - Ambiente de Contratação Livre.

	2024	2023
ICMS ST - TUSD	1.422	-
	1.422	-

A natureza da possível perda pode ser sumariada a seguir:

Contingência trabalhista: corresponde a R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024 e consiste, unicamente, em processo trabalhista de um único colaborador.

Em 2023, a Empresa tinha uma ação de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

A natureza da possível perda era sumariada da seguinte forma:

Contingência tributária: corresponde a R\$ 726 em 31 de dezembro de 2023 e consiste, unicamente, em Denúncia Espontânea e Exclusão da TUSD/TUST e Energia Reativa Excedente da base de cálculo do ICMS - Ambiente de Contratação Livre.

19. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 20.247, totalmente subscrito e integralizado. O capital integralizado está dividido em 20.247.040 (vinte milhões, duzentos e quarenta e sete mil e quarenta) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2024	2023
Jalles Machado S.A.	8.099	8.099
Albioma Participações do Brasil Ltda	12.148	12.148
	20.247	20.247

a) Reserva legal

Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Em 2024, a Companhia havia atingido o limite de reserva legal e não foi registrado a totalidade dos 5%.

b) Dividendos

O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício 50% (cinco por cento) será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.

Para 2023, a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 11.660, dos quais tiveram a seguinte destinação:

Lucro líquido do exercício 2023

Reserva Legal - 5%

Dividendos obrigatórios a pagar

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 12.961, dos quais terão as seguintes destinações propostas:

Lucro líquido do exercício 2024

Dividendos obrigatórios a pagar

Reserva de lucros

O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados na passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.

20. Receita Líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	2024	2023
Ambiente de contratação regulada - ACR	47.762	45.652
Ambiente de contratação livre - ACL	193	747
PROINFA	8.605	14.365
CCEE	4.805	654
Faturamento de energia elétrica - terceiros	61.365	61.418
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL	(268)	(224)
Ressarcimento energia	-	(11)
Faturamento líquido de desconto	61.097	61.183
Impostos e contribuições sobre o faturamento	(2.312)	(2.278)
	58.785	58.905

21. Custo dos serviços prestados

Depreciação

Serviços de terceiros (d)

Energia elétrica (c)

Gastos com pessoal

Insumos para manutenção e reparos (d)

Insumos para produção (a)

Tarifa de uso do sistema de distribuição (e)

Aluguéis de máquinas e equipamentos

Movimentação de Biomassa (b)

Ajustes de inventário

Outros custos

a) Custos de químicos e adicionalmente, para atender aos compromissos foi preciso a aquisição no mercado de bagaço para a produção.

b) Custo de diesel para máquinas da operação.

c) Para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 45,4 GWh (51,3 GWh em 2023). O restante da energia comprada se refere ao consumo próprio da Companhia.

d) Serviços e materiais referentes a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contratados no período de entressafra, ao início de cada ano.

22. Despesas comerciais

Gestão e representação comercial

Outras despesas

	2024	2023
	(95)	(105)
	(61)	(38)
	(156)	(141)

23. Despesas gerais e administrativas

Serviços (a)

Despesas com seguros

Despesas Tributárias

Despesas com veículos

Utilidades

Despesas com viagem e estadia

Despesas de ocupação

Depreciações

Outras despesas

(a) Conforme NE 13, contrato de prestação de serviço e assessoria técnica e financeira com controladora. Outras receitas operacionais líquidas

Indenização safra (a)

Venda de sucatas

Indenização seguros (b)

Outras receitas

a) Valor se refere a provisão da safra de 2024 (Nota 12).

b) Referente a indenização dos lucros cessantes do sinistro do gerador de 2022.

	2024	2023
	(1.488)	(1.454)
	(979)	(765)
	(388)	(494)
	(21)	(76)
	(129)	(75)
	(82)	(66)
	(60)	(54)
	(64)	(15)
	(29)	(19)
	(3.239)	(3.018)

24. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras

Juros s/ financiamento e empréstimos

Despesa financeira sobre arrendamentos

Upfront Fees s/ financiamentos

Outras despesas

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras

Rendimentos judiciais

Outras receitas financeiras

	2024	2023
	(2.096)	(3.197)
	(459)	(430)
	(228)	(154)
	(117)	(39)
	(2.900)	(3.820)
	621	490
	128	45
	-	1
	749	536
	(2.151)	(3.284)

Resultado financeiro

25. Imposto de renda e contribuição social do período

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral. (Nota 29.9)

	2024	2023		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas recebíveis (sistema caixa)	71.245	71.245	56.247	56.247
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	5.700	8.549	4.500	6.750
Receitas financeiras	781	781	568	568
Demais Receitas	603	603	83	83
Base de cálculo	7.083	9.933	5.151	7.401
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9%	10% e 15%	9%
Total de impostos correntes	1.749	895	1.258	661
Total de impostos diferidos	(157)	(84)	110	61
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.592	811	1.368	722

26. Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui 24 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2035, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA.

Comprador

AMPLA

BANDEIRANTE

CEA

CEAL

CELG

CELPA

CELPE

CEMAR

CEMIG DISTRIB.

CEPISA

ENERGISA NA

COELBA

COELCE

COSERN

CPFL SANTA CRUZ

ELETROPULCO

ENERGISA BO

ENERGISA MG

ENERGISA MS

ENERGISA PB

ENERGISA SE

ENERGISA TO

ESCELSA

LIGHT

TOTAL

A Companhia possui 7 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2040, no volume total de 75.336 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA.

Comprador

CEA

CEAL

CEPISA

COELBA

COPEL DISTRIB

ELEKTRO

ESCELSA

Total

27. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A Companhia não está prevenindo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albioma, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:

	Montagem da cobertura
Bens segurados	Riscos cobertos
Biomassa	Danos materiais em Biomassa, incluindo Fermentação Própria/ Combustão Espontânea/Recomposição de Registros e Documentos
	5.927
Máquinas	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/ Inundação e Desmoronamento
	65.205
	Roubo e Furto Qualificado de Bens/Despesas de Salvamento e contenção de Sinistro/Erros e Omissões
	12.124
	Inclusões/ Exclusões de Bens/ Locais e Alteração de Valores
	5.052
Prédio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/Pequenas Obras de Engenharia para Ampliação, Reparos e Reformas
	4.378
	Despesas Extraordinárias
	5.052
	Desentulho/Despesas de Combate a Incêndio/Despesas de Descontaminação /Honorários de Peritos
	8.419
	Impedimento de Acesso - limitado a 10 kms do local de risco
	2.694
	Despesas de Agilização
	5.052

28. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.

29. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes que a administração tenha julgado necessário a divulgação.

Seção D - Políticas contábeis

30. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

31.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

31.2 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

31.3 Instrumentos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento acima de 12 meses da data do balanço.

b) Reconhecimento e não reconhecimento

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos na data em que foram originados, inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito líquido de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

31.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

• juros sobre aplicações financeiras;

• tarifas bancárias;

• descontos obtidos; e

• despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

31.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

31.6 Estoques

Os estoques são compostos basicamente por peças para reposição e manutenção dos equipamentos da Companhia e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido

31.7 Receita operacional

A receita operacional da venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades e baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês.

31.8 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

31.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

• juros sobre aplicações financeiras;

• tarifas bancárias;

• descontos obtidos; e

• despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

31.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

31.11 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam a depreciação até o seu encerramento em 2031, são as seguintes, conforme estudo de vida útil realizado no início de 2023:

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	20
Edificações	20
Móveis e equipamentos de comunicação	14
Computadores e periféricos	6
Instalações	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisitos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado, prospectivamente.

31.8 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

31.9 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

(i) Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• inadimplência ou atrasos do devedor;

• reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;

• indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou

• o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisitos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2024.

Christiano Forman Villeça
Diretor Presidente

Paulo Picollo - Contador
CRC: 1SP166776/0-2

ZapSign 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 30 Abril 2025, 08:33:13

Documento: BALANÇO ESPLANADA COMPLETO - DATA OK.Pdf

Número: 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b

Data da criação: 30 Abril 2025, 08:32:54

Hash do documento original (SHA256): 134d59396f0f2720c834415fff306d9f08ce6fe2e76c5f5d0e0db267ffd6b0c2



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 30 Abril 2025, 08:33:14

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 1d92d03a-910b-4550-a211-de1cfb4dd58b. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.